



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

## PARECER JURÍDICO FINAL



**REFERÊNCIA:** Processo Administrativo n.º 075/2026

**MODALIDADE:** Dispensa de Licitação n.º 055/2026

**ASSUNTO:** Parecer jurídico final sobre a contratação direta, com fundamento no Artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021 e Decreto 12.343/2024

*ADMINISTRATIVO. NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO FUNDAMENTADA NO ART. 75, II, DA LEI N.º 14.133/2021. VALOR INFERIOR AOS LIMITES LEGAIS. AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO DE BENS/SERVIÇOS PARA O ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA DISPENSA. CABIMENTO. PELA LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO.*

### I - RELATÓRIO

Trata-se do Processo Administrativo n.º 075/2026, instaurado pela Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão/TO, visando a contratação de empresa para aquisição de material gráfico, editoriais e de comunicação visual, para ser usado nas unidades administrativas deste Município de Bernardo Sayão – TO.

Além disso, o procedimento foi instruído com os documentos exigidos no artigo 72 da Lei n.º 14.133/2021, incluindo:

1. Documento de formalização de demanda;
2. Estimativa de despesa;
3. Justificativa de preço;
4. Termo de referência
5. Declaração de disponibilidade orçamentária;
6. Documentação de habilitação da empresa contratada;
7. Publicação oficial do aviso de contratação direta, respeitando o prazo de 3 (três) dias úteis, conforme §3º do artigo 75 da Lei n.º 14.133/2021.

Por fim, foram enviados os presentes autos para esta Assessoria Jurídica, a fim de se lavrar **parecer jurídico conclusivo**, na forma do art. 53 e do art. 72, III, da Lei n.º 14.133/2021

É que merece ser relatado. OPINO

### II - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Avenida Antônio Pesconi n.º 378, Centro  
CNPJ n.º 25.086.596/0001-15  
Fone n.º (63) 3422 1241  
Bernardo Sayão- TO

*[Handwritten signature]*  
Assessoria Jurídica  
Município de Bernardo Sayão-TO



ESTADO DO TOCANTINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

Preliminarmente, convém observar que a Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, especifica algumas exceções em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível. Com relação à licitação dispensável, as hipóteses estão previstas no art. 75 da Lei nº. 14.133/21. Nesses casos, a licitação é viável, tendo em vista a possibilidade de competição entre dois ou mais interessados. Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.

Nos moldes previstos no artigo 75, II, da Lei nº. 14.133/21, com atualização de valores dada pelo Decreto nº 12.807/25, a licitação será dispensável quando a aquisição envolva o emprego de recursos inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras. Sabe-se que cabe ao administrador fazer a análise do caso concreto, com relação ao custo-benefício desse procedimento, levando-se em conta o princípio da eficiência e o interesse público que a contratação direta proporciona.

Art. 75. É dispensável a licitação:

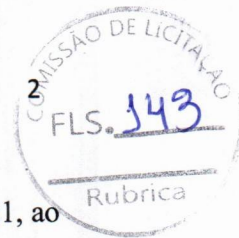
II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Decreto 12.807/2025 – Para contratações que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)

Contudo, ainda que se trate de contratação direta, faz-se necessária a formalização de um procedimento que culmine na seleção da proposta mais vantajosa e na celebração do contrato, em conformidade com as exigências da legislação vigente. A Lei nº 14.133/2021, que rege as Licitações e Contratos Administrativos, estabelece um procedimento especial e simplificado voltado à escolha do contrato mais vantajoso para a Administração Pública.

No caso em comento, busca-se a contratação de empresa para aquisição de material gráfico, editoriais e de comunicação visual, para ser usado nas unidades administrativas deste Município de Bernardo Sayão – TO, a qual requer o processamento por dispensa de licitação com fundamento na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), cuja justificativa encontra-se inicialmente no Documento de Formalização da Demanda.

O valor estimado para a aquisição, conforme Termo de Referência, se apresenta inferior ao limite estabelecido no artigo 75, II, da Lei nº. 14.133/21. No caso em tela, o preço máximo admitido para a presente contratação ficou no valor de R\$ 49.245,00 (quarenta e nove



*[Handwritten signature]*  
Avenida Antônio Pesconi nº 378, Centro  
Bernardo Sayão- TO



ESTADO DO TOCANTINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

mil duzentos e quarenta e cinco reais) assim, a pesquisa de preços foi efetivada na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133/21, mostrando-se satisfatória.



### III - DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

O procedimento licitatório, na modalidade Dispensa de Licitação, foi conduzido em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com a devida instrução processual composta por: Documento de Formalização de Demanda, Estimativa de Despesa, Justificativa de Preço, Termo de Referência, Declaração de Disponibilidade Orçamentária, além da Documentação de Habilitação da Empresa Contratada. Ressalta-se ainda a publicação oficial do aviso de contratação direta, respeitando-se o prazo de 3 (três) dias úteis, nos termos do §3º do artigo 75 da referida Lei.

Trata-se de procedimento administrativo referente à Dispensa de Licitação nº 055/2026, cujo objeto consiste na contratação de empresa para fornecimento de materiais gráficos para atender as demandas do Município de Bernardo Sayão – TO, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

Conforme consta nos autos, foram apresentadas propostas por empresas interessadas na contratação. A empresa EMBACOM LTDA, inscrita no CNPJ nº 47.156.456/0001-09, encaminhou proposta comercial via e-mail no dia 07 de abril de 2026, às 23h57min, conforme protocolo de recebimento de documentos, apresentando valor total de R\$ 49.224,55 (quarenta e nove mil duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

De igual modo, a empresa DOMINGOS PEREIRA PONTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 46.594.607/0001-48, apresentou proposta mediante envelope lacrado no dia 07 de abril de 2026, às 15h37min, conforme protocolo constante nos autos, no valor total de R\$ 48.835,90 (quarenta e oito mil oitocentos e trinta e cinco reais e noventa centavos).

Após análise das propostas apresentadas, verifica-se que a empresa DOMINGOS PEREIRA PONTES LTDA (CNPJ nº 46.594.607/0001-48) apresentou o menor valor, revelando-se, portanto, a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em observância aos princípios da economicidade e eficiência, previstos na Lei nº 14.133/2021.

No que se refere à instrução processual, verifica-se que a empresa apresentou documentação completa de habilitação, compreendendo documentos jurídicos, fiscais e trabalhistas, com certidões negativas válidas, demonstrando regularidade perante os órgãos competentes, bem como atestado de capacidade técnica compatível com o objeto da contratação.

Ressalta-se, ainda, que a empresa apresentou atestado de capacidade técnica, emitido pela Secretaria Municipal de Educação de Bernardo Sayão – TO, o qual comprova que a empresa executou de forma satisfatória o fornecimento de materiais gráficos, editoriais e de





ESTADO DO TOCANTINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

comunicação visual, incluindo banners, adesivos, panfletos, blocos de requisição, capas de processo, placas de identificação e faixas, evidenciando aptidão técnica e operacional para execução do objeto contratado.

O referido atestado demonstra que os serviços foram prestados com qualidade e dentro dos padrões exigidos pela Administração Pública, não havendo registros que desabonem sua conduta técnica e comercial.

Dessa forma, considerando a regularidade do procedimento, a compatibilidade do valor apresentado e a comprovação da capacidade técnica da empresa, opina-se favoravelmente pela contratação da empresa DOMINGOS PEREIRA PONTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 46.594.607/0001-48.

#### IV – CONCLUSÃO

Ante o exposto, nos termos do art. 53, caput e §4º, da Lei nº 14.133/2021, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela legalidade do processo de contratação de empresa DOMINGOS PEREIRA PONTES LTDA (CNPJ nº 46.594.607/0001-48) no valor de R\$ 48.835,90 (quarenta e oito mil oitocentos e trinta e cinco reais e noventa centavos) para contratação de empresa para aquisição de material gráfico, editoriais e de comunicação visual, para ser usado nas unidades administrativas deste Município de Bernardo Sayão – TO, a qual requer o processamento por dispensa de licitação com fundamento na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), fundamentada no art. 75, II, da Lei nº. 14.133/2021, opinando, assim, pelo regular prosseguimento do feito.

**RECOMENDO**, a observância da paginação com a numeração folha a folha de maneira completa no processo licitatório, em sua fase inicial e final.

**RECOMENDO** que sejam respeitados e observados rigorosamente todas as etapas de inserção de documentos do referido processo licitatório de forma integral junto ao SICAP-LCO, dentro dos prazos e moldes estipulados pela instrução normativa 03/2024 – PLENO, TCE-TO, respeitados os princípios da transparência e legalidade.

**RECOMENDO**, que seja observado e obedecido rigorosamente as publicações dos extratos junto ao sítio eletrônico oficial desta municipalidade.

**RECOMENDO** ao departamento licitatório, em especial a AGENTE DE CONTRATAÇÃO desta municipalidade juntamente com sua comissão/equipe de apoio de licitação, que antes da homologação e firmamento do contrato, utilize-se da terceira linha de defesa que preconiza o art. 169, inciso III, da lei 14.133/2021, (controladoria interna) para emissão de parecer de controle preventivo, afim de que faça a reanálise e pontuações de todo os atos do



ESTADO DO TOCANTINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO


processo licitatório e faça os apontamentos necessários, caso houver.

**RECOMENDO**, que após a homologação do processo licitatório, conforme determinar o art. 54, §3 da Lei 14.133/21, e art. 94 inciso II, que seja observado a OBRIGATORIEDADE da disponibilização no portal de publicação de contratação pública (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que por ventura não tenha integrado ou edital em seus anexos.

É o parecer, SMJ, que submeto à consideração superior para deliberação e aprovação.

É o parecer, S.M.J.

Bernardo Sayão, 08 de abril de 2026.

  
**BRENNO DE ARAUJO ALBUQUERQUI**  
OAB/TO-5982

5  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
FLS. 146  
Rubrica

  
Brenno de A. Albuquerque  
OAB/TO-5982